

ENTRE REDES E ESPERANÇAS: a ação pedagógica de um projeto de extensão e de um projeto de educação ambiental junto ao curso normal em São Francisco de Itabapoana/RJ

Clarissa Menezes de Souza Poubel¹

Leandro Garcia Pinho²

Geraldo Márcio Timóteo³

Eduardo Moreira⁴

RESUMO

O Projeto de Extensão “Contribuições para a formação de professores em São Francisco de Itabapoana a partir da história e cultura pesqueira artesanal” juntamente com uma equipe de pesquisa do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte desenvolveu, entre os anos de 2023 e 2024, uma ação pedagógica junto ao Curso Normal do município de São Francisco de Itabapoana no estado do Rio de Janeiro, voltado à formação de profissionais do magistério. A proposta teve como objetivo central a capacitação de futuros professores a partir da valorização da cultura local, reconhecendo-a como eixo estruturante para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e ecologicamente responsável. Parte-se do princípio de que a educação é uma via essencial para a transformação social, e que o ato de educar representa, em si, uma expressão de esperança, sobretudo em contextos historicamente marginalizados e marcados pela exclusão escolar. O projeto buscou promover uma formação crítica e sensível, que integrasse os saberes tradicionais ao conhecimento escolar, fortalecendo a identidade cultural dos sujeitos envolvidos. Este artigo apresenta os fundamentos pedagógicos que orientaram a ação formativa, bem como as estratégias implementadas no ambiente escolar. Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado nas reflexões e experiências dos sujeitos do processo educativo. Cabe lembrar que este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

Palavras-chave: formação docente; conhecimento escolar; currículo escolar; saberes tradicionais; cultura local.

BETWEEN NETWORKS AND HOPES: the pedagogical action of an extension project and an environmental education project together with the normal course in São Francisco de Itabapoana/RJ

ABSTRACT

The Extension Project “Contributions to teacher training in São Francisco de Itabapoana based on the history and culture of artisanal fishing” together with a research team from the Pescarte Environmental Education Project (PEA) developed, between 2023 and 2024, a pedagogical action with the Normal School of the municipality of São Francisco de Itabapoana in the state of Rio de Janeiro, aimed at training teaching professionals. The proposal had as its central objective the training of future teachers based on the appreciation of local culture, recognizing it as a structuring axis for the construction of a more just, inclusive and ecologically responsible society. It is based

¹ Doutora em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”. superclarissapoubel@gmail.com

² Doutor em Ciência da Religião. Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”. leandropinho@uenf.br

³ Doutor em Sociologia. Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”. geraldotimoteo@uenf.br

⁴ Doutor em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”. emoreira@iff.edu.br

on the principle that education is an essential path to social transformation and that the act of educating represents, in itself, an expression of hope, especially in historically marginalized contexts marked by school exclusion. The project sought to promote critical and sensitive training, which integrated traditional knowledge with school knowledge, strengthening the cultural identity of the subjects involved. This article presents the pedagogical foundations that guided the training action, as well as the strategies implemented in the school environment. This is a qualitative study, based on the reflections and experiences of the subjects of the educational process. It is worth remembering that this article is the result of research funded by the Pescarte Environmental Education Project (PEA), which is a mitigation measure required by the Federal Environmental Licensing, conducted by IBAMA.

Keywords: teacher training; traditional knowledge; local culture; emancipatory curriculum; pedagogy of hope.

1 INTRODUÇÃO

Os tempos atuais estão profundamente marcados por uma sensação de insegurança e desesperança no futuro, em virtude das dificuldades múltiplas enfrentadas nos campos social, ambiental, econômico e político. Estudioso sobre a modernidade e suas consequências para a vida humana, Bauman (2013) define o momento atual como “líquido”, consequência de uma série de processos que resultaram na transformação da modernidade de sua fase sólida para a líquida. O autor concluiu que a modernidade tem duas fases distintas, as quais denominou: a primeira de modernidade sólida e a segunda de modernidade líquida, abandonando assim a terminologia do moderno e pós-moderno como ele mesmo explica:

Uso aqui a expressão “modernidade líquida” para denominar o formato atual da condição moderna, descrita por outros autores como “pós-modernidade”, “modernidade tardia”, “segunda modernidade” ou “hipermodernidade”. O que torna “líquida” a modernidade, e assim justifica a escolha do nome, é sua “modernização” compulsiva e obsessiva, capaz de impulsionar e intensificar a si mesma, em consequência do que, como ocorre com os líquidos, nenhuma das formas consecutivas de vida social é capaz de manter seu aspecto por muito tempo (Bauman, 2013, p.16).

Para Bauman (2008) essa liquidez é fruto de uma globalização negativa que está marcando também negativamente o destino da humanidade. Para ele a globalização,

[...] é totalmente negativa, ou seja, uma globalização altamente seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da coerção e das armas, do crime e do terrorismo, todos os quais agora desdenham a soberania nacional e desrespeitam quaisquer fronteiras entre os Estados. Este tipo de globalização globalizou o medo e não as esperanças (Bauman, 2008, p. 126).

Ao apontar que vivemos em uma sociedade líquida, em que os vínculos são frágeis, o trabalho precário e as instituições volúveis, demonstra que assim o futuro parece cada vez mais incerto, sobretudo para a juventude. A esperança, nesse contexto, torna-se uma experiência rara. Portanto, educar diante dessa realidade torna-se um grande desafio, pois significa assumir o ato educativo como possibilidade de reafirmação da vida, da dignidade e da esperança.

De acordo com Paulo Freire (1992), compreende-se que educar é um ato de amor e coragem, e que o educador não pode ceder ao fatalismo, mas precisa reafirmar a potência do ser humano para transformar a realidade. Dessa forma, esperança não é passividade ou ingenuidade, mas uma força ativa que impulsiona a luta por justiça social e transformação da realidade. Educar, nesse contexto, é um ato de compromisso com a vida e com os oprimidos. Conforme afirma:

[...] sem sequer poder negar a desesperança como algo concreto e sem desconhecer as razões históricas, econômicas e sociais que a explicam, não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho. A esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo o endereço, se torna distorção da necessidade ontológica (Freire, 1992, p. 5).

Dado o exposto, se Bauman nos alerta sobre a crise de sentido e pertencimento na sociedade líquida, Freire nos convida a reconstruir esse sentido por meio de uma educação comprometida com a dignidade, a escuta, o respeito à cultura popular e a transformação da realidade. Nesse diálogo entre Bauman e Freire, a crise de sentido apontada por um encontra resposta no compromisso ético e político do outro. A saída para a liquidez das relações não está em reforçar o individualismo, mas sim em cultivar espaços coletivos de escuta, partilha e ação transformadora. A pedagogia freiriana oferece ferramentas para reconstruir os laços sociais, por meio de práticas educativas que respeitem a experiência vivida, promovam o pensamento crítico e estimulem a construção coletiva de conhecimento.

Portanto, em uma sociedade marcada pela fragmentação e pelo esvaziamento dos sentidos, como diagnosticado por Bauman, a proposta freiriana de uma educação emancipadora surge como um ato de resistência e esperança. É na construção de vínculos autênticos, na valorização da cultura popular e na luta por justiça social que se pode reencontrar o pertencimento e o sentido de existir em comunidade.

A escola enquanto espaço de socialização do conhecimento deve ser local rico de diálogo e de valorização das diferentes culturas. Dessa forma, cumpre o papel transformador e possibilitador de oportunidades, assim contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que normatiza a educação em todo território nacional, prevê que:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996).

A escola, enquanto espaço sistematizado para a socialização do conhecimento científico, muitas vezes relega o conhecimento tradicional ou popular a um plano secundário, tratando-o como inferior ou desprovido de validade epistemológica. Essa postura revela uma hierarquização do conhecimento, em que o conhecimento científico, dito “formal” ou “legítimo”, é o único válido, enquanto os conhecimentos oriundos da experiência comunitária, da oralidade e da vivência cotidiana são vistos como ingênuos, empíricos ou de “senso comum”.

Tal prática desconsidera o fato de que os saberes populares são formas legítimas de compreender e interagir com o mundo, construídas historicamente por diferentes grupos sociais, muitas vezes marginalizados pelos processos formais de escolarização. Ao invisibilizar esses saberes, a escola contribui para a negação das identidades culturais dos alunos, rompendo os vínculos entre o conhecimento e a vida concreta das comunidades.

Essa desvalorização não é apenas uma questão pedagógica, mas também ética e política, pois reforça uma lógica de exclusão simbólica que perpetua desigualdades históricas. Ao não reconhecer o valor do conhecimento tradicional, a escola contraria os princípios de uma educação democrática, multicultural e emancipadora e ainda a negação do conhecimento tradicional compromete o processo de aprendizagem, desmotiva os alunos e enfraquece o sentido da escola como espaço de pertencimento e transformação social.

Portanto, uma proposta pedagógica verdadeiramente comprometida com a justiça social e a esperança exige que a escola reconheça, valorize e dialogue com os conhecimentos populares, não como forma de folclore ou curiosidade, mas como parte essencial da formação crítica e cultural dos sujeitos.

Dado o exposto, temos o questionamento de dois pontos específicos: o currículo escolar e a formação inicial e continuada dos professores. O currículo escolar precisa estar aberto aos diferentes saberes, numa perspectiva curricular emancipatória, que entende as diversidades culturais e o indivíduo em suas singularidades; e ainda o curso de formação inicial e continuada de professores precisa ser espaço de diálogo com a cultura local, incentivando os diferentes saberes e, dessa forma, será possível que o professor em formação ou em sua ação profissional construa conhecimentos necessários à sua prática pedagógica.

Pensando nessas questões, o Projeto de Extensão intitulado “Contribuições para a formação de professores em São Francisco de Itabapoana a partir da história e cultura pesqueira artesanal” teve por objetivo principal dinamizar e incentivar a formação de professores da Educação Básica sob uma abordagem de ensino centrada na cultura local da pesca artesanal. Para tal, esse Projeto de Extensão contou com a contribuição de bolsistas e dos conhecimentos

já adquiridos pelo Projeto de Educação Ambiental Pescarte (PEA/Pescarte), desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” (UENF), que implementou ação de pesquisa e extensão em uma escola pública destinada a formação de professores no município de São Francisco de Itabapoana, na região norte fluminense do estado do Rio de Janeiro. Valendo lembrar que ambos os projetos em tela pertencem aos trabalhos de pesquisa e extensão da UENF.

Inserir os saberes tradicionais no ambiente escolar é, também, um ato de esperança. É reconhecer que há sabedoria nos modos de vida historicamente silenciados. Essa valorização constitui um movimento ético de resgate e dignificação das identidades locais, e contribui para a construção de uma escola que se compromete com a vida e com o futuro. E, não menos importante, destaca-se que este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

2 O CONHECIMENTO ESCOLAR E O CONHECIMENTO TRADICIONAL DA PESCA ARTESANAL: UM DESAFIO ÉTICO

O conhecimento escolar diz respeito ao conjunto de conteúdos que são “historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais se destacam o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade” (Gohn, 2006, p. 27). A autora destaca o caráter formal do conhecimento escolar, permeado por normas e sistematização, inferindo ainda que esse conhecimento tem um local próprio para acontecer: as escolas, espaços regulamentados por lei e organizados segundo diretrizes nacionais.

Por sua vez, o conhecimento tradicional refere-se ao conjunto de saberes construídos empiricamente pela humanidade ao longo dos tempos, sendo essencial à sobrevivência dos povos e profundamente enraizado em contextos históricos, culturais e territoriais. No Brasil, o Decreto nº 6.040/2007 define, em seu artigo 3º, as populações tradicionais como “povos e comunidades tradicionais”, compreendendo esses grupos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Pode-se concluir, assim, que as comunidades de pesca artesanal são expressões vivas dessas populações tradicionais, detentoras de um acúmulo de conhecimentos com valor não apenas utilitário, mas também identitário. A inserção desses saberes no espaço escolar pode contribuir significativamente para a redução do distanciamento entre a escola e a realidade cotidiana dessas comunidades.

Contudo, a escola, enquanto instituição sistematizada para socialização do conhecimento científico, historicamente confere tratamento de desvalorização aos saberes tradicionais/populares, muitas vezes relegando-os à condição de senso comum ou ingenuidade. Especificamente sobre a escolarização dos trabalhadores da pesca artesanal, o trabalho de Paixão *et al.* (2015) comprova essa evidência ao abordar que:

[...] as escolas locais que têm como função formar pessoas, não promovem qualquer direcionamento para realidade vivida, que seja capaz de fomentar o desenvolvimento da atividade econômica responsável pela construção histórico-social do espaço geográfico e tão pouco abordar a dinâmica de vida local. A escola, sendo parte da totalidade social, precisaria garantir a esses sujeitos o direito à formação multidimensional e contextualizada. Não poderia reproduzir-se separada da vida social e nem fragmentada em seu conteúdo, mas deveria estar calcada na concepção emancipadora de educação. Observou-se que a escola não atua como fator de construção das identidades social e cultural local, e sim, na construção de identidade homogeneizante, diretamente ligada aos padrões externos locais, que mesmo mantendo a atividade pesqueira, não seria de modo a encadear sua trajetória histórico-social (Paixão *et al.*, 2015, p. 19).

Ao ignorar ou marginalizar os saberes da pesca, a escola não apenas desvaloriza o patrimônio cultural das comunidades, mas também contribui para o afastamento dos jovens da instituição escolar, resultando em um aumento da evasão escolar. Quando a educação escolar não dialoga com a realidade vivida pelos alunos, ela se torna abstrata e distante, dificultando a aprendizagem significativa. Isso é particularmente evidente em comunidades de pesca artesanal o que também contribui para o reforço de um modelo educacional alienante.

A escola, ao manter-se alheia aos conhecimentos construídos no cotidiano dos estudantes e às suas realidades locais, contribui para o aprofundamento desse processo de desenraizamento simbólico. Em vez de constituir-se como um espaço de mediação cultural e de construção de sentido, a instituição escolar, ao negligenciar a pluralidade epistemológica dos saberes, acaba por reforçar a sensação de exclusão e alimentar um sentimento de desesperança, intensificando as manifestações da insegurança que perpassa a experiência contemporânea.

É precisamente nesse contexto que Paulo Freire (1996) propõe uma alternativa de caráter ético e político, alicerçada na valorização dos saberes tradicionais e das experiências concretas dos sujeitos como fundamento para a construção de uma educação verdadeiramente

libertadora. Para o autor, o reconhecimento dos conhecimentos produzidos nas práticas cotidianas e nas culturas populares não apenas legitima outras formas de saber, como também promove a emancipação dos educandos, ao inseri-los como protagonistas ativos no processo educativo. Tal perspectiva rompe com a lógica bancária da educação, criticada por ele, substituindo-a por uma pedagogia dialógica, em que o conhecimento é construído coletivamente, em permanente relação com a realidade histórica e social dos sujeitos.

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes” (Freire, 1996, p. 25). Essa citação sintetiza a postura ética e política defendida por Freire, que reconhece a legitimidade dos diversos saberes, inclusive os populares e cotidianos, como fundamentais no processo educativo. O autor reafirma a necessidade de uma educação que reconheça a diversidade epistemológica como condição para a inclusão, a cidadania e a transformação social.

Dado o exposto, a inserção do conhecimento tradicional no currículo escolar, especialmente em comunidades como as de pesca artesanal, é fundamental para uma educação que se pretende verdadeiramente inclusiva e contextualizada. Conhecimentos como: os ciclos naturais, as técnicas de pesca, os modos de vida comunitários e a relação com o ambiente, entre outros, desempenham um papel central na formação das identidades dos indivíduos e na manutenção de práticas culturais fundamentais para a sobrevivência e o bem-estar dessas populações.

Assim, a escola enquanto espaço de acolhimento e de valorização da cultura local, permite que os alunos se vejam refletidos nos conhecimentos transmitidos. Em comunidades pesqueiras, essa valorização dos saberes locais pode ser entendida como uma forma de resistência, uma forma de afirmar a identidade cultural frente a processos de globalização que muitas vezes buscam descontextualizar e homogeneizar as culturas locais.

Portanto, a escola em comunidades de pesca artesanal tem o potencial de ser um ponto de convergência entre diferentes formas de saber, promovendo a construção de um conhecimento plural e integrado, que valorize tanto o conhecimento acadêmico quanto o tradicional/popular. Nesse contexto, a educação deixa de ser um instrumento de reprodução da desigualdade e passa a ser uma ferramenta de emancipação e fortalecimento da identidade cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Dessa forma, reconhecer e incorporar o conhecimento tradicional no contexto escolar constitui-se em uma exigência ética e política que visa reconfigurar as bases do processo educativo, tornando-o mais justo, inclusivo e significativo. Ao promover o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes populares, a escola amplia sua função social e fortalece

seu papel como espaço de valorização da diversidade cultural, de construção identitária e de resistência frente às múltiplas formas de exclusão.

3 EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ESPERANÇA E AÇÕES FORMATIVAS

Pensar a escola enquanto instituição social garantida a todos os indivíduos exige mais do que assegurar o acesso ao ensino formal, requer uma reflexão profunda sobre a proposta pedagógica que norteia suas práticas. Tal proposta deve permitir a construção de um ambiente educativo verdadeiramente emancipador, no qual os alunos desenvolvam autonomia, senso crítico e consciência social. Para que isso ocorra, a ação docente precisa ser continuamente (re)significada, o que implica compreender a formação de professores como um processo dinâmico, contínuo e profundamente contextualizado.

Como afirma Tardif (2014), a prática docente não é apenas aplicação de saberes adquiridos, mas um campo de produção de saberes próprios, articulados a partir da experiência. Ensinar, nesse sentido, significa mobilizar um repertório diversificado de conhecimentos, reinterpretando-os e adaptando-os às necessidades e realidades específicas dos sujeitos e dos espaços onde se dá a ação educativa. A formação inicial e continuada dos professores deve, portanto, considerar as experiências vividas, os saberes da prática e as especificidades socioculturais dos contextos nos quais esses profissionais estão inseridos.

Essa exigência se torna ainda mais evidente quando se trata de escolas localizadas em comunidades tradicionais, como as de pesca artesanal. Nessas comunidades, o conhecimento tradicional, transmitido oralmente de geração em geração, constitui um alicerce identitário e prático fundamental para a vida coletiva. Saberes relacionados ao tempo das marés, aos ciclos da natureza, às técnicas de pesca, à relação com os ecossistemas e às formas comunitárias de organização, não apenas garantem a subsistência material, mas também sustentam o tecido simbólico e cultural dessas populações.

Contudo, o sistema educacional tende a invisibilizar esses saberes, classificando-os como irrelevantes para o currículo formal. Essa postura relega o conhecimento tradicional à condição de senso comum, contribuindo para a desvalorização das identidades locais e para o sentimento de exclusão entre os alunos.

A escola, ao ignorar os saberes locais e culturais, deixa de cumprir seu papel como espaço de ancoragem simbólica e social, aprofundando o desenraizamento dos sujeitos e

acentuando as desigualdades. A ausência de pertencimento, reconhecimento e acolhimento no espaço escolar colabora para a reprodução de uma lógica excludente, em que muitos alunos não se veem representados no que aprendem.

Diante desse cenário, as ideias de Paulo Freire oferecem um caminho fecundo para reverter essa lógica. Ao propor uma pedagogia crítica e libertadora, Freire defende que a educação deve partir da realidade concreta dos alunos, valorizando seus saberes, sua linguagem, sua cultura e suas experiências como ponto de partida para a construção do conhecimento.

A formação de professores, nesse sentido, precisa estar profundamente comprometida com essa perspectiva freiriana de educação dialógica, contextualizada e transformadora. No caso das comunidades pesqueiras, isso significa formar docentes capazes de reconhecer a pesca artesanal não apenas como atividade econômica, mas como prática cultural, histórica e ecológica, que integra uma complexa rede de saberes locais. Como destacam Miranda, Pereira e Pereira (2017), a prática educativa deve estar em constante atualização e alinhada às necessidades locais, permitindo que o conhecimento escolar dialogue com a vivência concreta dos alunos e adquira sentido para sua realidade.

A educação escolar não pode se deter, simplesmente, em transmitir teorias e conceitos para que os alunos memorizem e reproduzam quando solicitados. Deve proporcionar instrumentos que possibilitem aos estudantes interpretar situações que ocorrem em seu cotidiano, motivando assim sua aprendizagem. No entanto, esses instrumentos, de acordo com a Etnomatemática, só terão sentido se tiverem relação com a cultura do educando. Conforme essa tendência, devemos desenvolver atividades em sala de aula, através de contextualização e atividades vivenciais nas quais possibilite ao estudante visualizar na sua prática a aplicabilidade teórica dos conceitos (Miranda; Pereira; Pereira, 2017, p. 156).

Nesse contexto, a oferta do curso de formação de professores em nível médio, na modalidade normal, ganha relevância estratégica em municípios afastados de centros universitários, como é o caso de São Francisco de Itabapoana; a formação de nível médio é uma possibilidade concreta de acesso à profissionalização docente, especialmente para jovens moradores dessas comunidades. No entanto, essa formação precisa ir além dos conteúdos técnicos, deve ser atravessada por uma abordagem que considere a cultura local como eixo estruturante do processo formativo.

Com base nessa compreensão, o PEA Pescarte desenvolveu, em 2023 e 2024, uma ação formativa voltada à valorização do conhecimento tradicional da cultura pesqueira no município de São Francisco de Itabapoana. A proposta partiu da premissa de que os professores em formação precisam ser preparados para atuar em sintonia com as comunidades onde irão lecionar, respeitando suas especificidades, histórias e práticas. A ação formativa incluiu a realização de reuniões com a gestão escolar, definição de objetivos específicos e construção de

um plano de trabalho aprovado pela Secretaria de Estado de Educação. O foco central foi promover o reconhecimento da cultura local como componente fundamental da prática pedagógica.

Ao priorizar a valorização da cultura local, essa ação formativa buscou não apenas integrar o conhecimento tradicional ao processo educativo, mas também fortalecer o sentimento de pertencimento dos professores em formação. A escola deixa de ser, assim, um espaço de reprodução de saberes distantes e abstratos, e passa a ser um lugar de encontro entre diferentes epistemologias, onde o conhecimento se constrói a partir do diálogo, da escuta e da realidade vivida.

A formação docente, quando articulada ao território e à cultura, torna-se potente ferramenta de transformação social. E, como nos ensina Paulo Freire, educar é, acima de tudo, um ato de amor e de esperança. Esperança ativa, que se concretiza na prática cotidiana e no compromisso com a construção de um mundo mais justo, plural e humanizado. É nesse horizonte que a escola pode se afirmar como espaço de resistência e de reexistência, sobretudo em territórios tradicionais, onde os saberes da terra, das águas e das gentes constituem a base viva para uma educação verdadeiramente libertadora.

Assim, a primeira ação do projeto de extensão “Contribuições para a formação de professores em São Francisco de Itabapoana a partir da história e cultura pesqueira artesanal” junto à unidade escolar foi realizada no segundo semestre do ano de 2023. Na ocasião aplicamos um questionário junto aos alunos matriculados no curso normal, cujo objetivo era concretizar uma primeira aproximação do grupo com os alunos e compreender qual relação traziam com a pesca artesanal.

Imagem 1 – Foto da primeira ação realizada com os alunos do Curso Normal



Fonte: acervo pessoal.

Foram entrevistados 87 (oitenta e sete) alunos do curso Normal médio, do Colégio Estadual São Francisco de Paula. Todos são moradores do município de São Francisco de Itabapoana, da área central, dos bairros ou áreas rurais. As análises a seguir reúnem dados coletados sobre a percepção da atividade pesqueira e sua relação com o ambiente escolar, em duas esferas principais: a atividade pesqueira artesanal, sua influência na vida econômica e cultural; e a atividade pesqueira artesanal e a escola.

A atividade pesqueira artesanal tem um papel muito importante em diversas comunidades, especialmente naquelas próximas ao mar, rios ou lagoas. Essa atividade vai além de captura de peixes; envolve etapas de pré-captura, tais como o preparo dos apetrechos de pesca e também pós-captura, como a limpeza e a comercialização do pescado. A pesca artesanal é uma fonte de sustento, tradição e identidade cultural para muitas famílias. Em lugares como São Francisco de Itabapoana, a pesca artesanal é muito forte e representa um modo de vida. Preservar essa atividade é também valorizar a história e a cultura do povo que vive ali.

Assim, o projeto refletiu com alunos em torno das seguintes questões: Você acha que a atividade pesqueira é importante para a sua localidade de moradia? Você sabia que São Francisco de Itabapoana tem uma forte atividade pesqueira? Se sim, o que você entende por atividade pesqueira? Você conhece alguma área de captura de pesca em São Francisco de Itabapoana?

Dos 87 (oitenta e sete) alunos entrevistados, 75 (setenta e cinco) responderam que consideram a pesca importante para a localidade e 60 (sessenta) alunos sabem que São Francisco tem sua economia baseada na atividade pesqueira artesanal. Além disso, demonstram que entendem que a pesca artesanal é uma atividade que se desenvolve nas etapas de pré-captura, captura e pós-captura, representando um pilar essencial da economia e da cultura em São Francisco de Itabapoana. Nessa localidade, a pesca artesanal é uma prática tradicional que sustenta famílias, movimenta o comércio local e está profundamente enraizada na identidade da população. Demonstram ainda que conhecem as áreas de captura de pesca na localidade, inferindo que em São Francisco de Itabapoana existe pescaria de rio, lagoa e mar.

Discutiu-se que do ponto de vista econômico, a pesca gera empregos diretos e indiretos, sendo responsável por boa parte da renda das famílias. Além disso, abastece feiras, mercados, restaurantes e contribui para o turismo gastronômico e cultural. Já na dimensão cultural, a atividade pesqueira carrega saberes tradicionais, transmitidos de geração em geração, e está presente em festas religiosas, costumes locais e na culinária típica.

Portanto, valorizar a pesca é reconhecer o papel fundamental dos pescadores e pescadoras na construção da história e da identidade regional. Também é entender que essa atividade precisa ser respeitada e preservada.

Para os futuros professores, conhecer e valorizar a atividade pesqueira é uma forma de fortalecer os laços com o território em que vivem, respeitar os modos de vida tradicionais e contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente e justa. Além disso, toda essa reflexão traz o entendimento de como é possível desenvolver aulas mais próximas da realidade dos alunos, promovendo o conhecimento do território, a valorização da cultura local e a reflexão sobre questões ambientais, sociais e econômicas.

Dessa forma, os professores em formação têm a chance de começar suas práticas docentes já com um olhar sensível para o território, para a cultura e para a construção de uma educação mais contextualizada. Trabalhar a atividade pesqueira é também trabalhar identidade, pertencimento, respeito e sustentabilidade, temas urgentes e necessários na formação de cidadãos conscientes.

Além disso, trabalhamos a relação da pesca artesanal e a escola. Entendemos que a atividade pesqueira artesanal é uma prática tradicional que envolve conhecimento empírico, respeito ao meio ambiente e laços culturais profundos com a comunidade local. A pesca torna-se uma temática geradora de aprendizagens, reflexões e valorização da comunidade. Ao fazer essa ponte entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, a escola contribui para a formação de alunos mais conscientes, críticos e conectados com sua realidade.

Sobre essa questão os alunos foram perguntados: Em algum momento na escola você teve contato com alguma informação sobre a atividade pesqueira? Você acha importante que a escola trabalhe na sala de aula a cultura da atividade pesqueira?

No que se refere ao primeiro questionamento, 82 (oitenta e dois) alunos dos 87 (oitenta e sete) entrevistados, afirmaram nunca ter tido contato com a temática da pesca na escola, o que evidencia uma fragilidade na articulação entre o saber vivido e o saber escolarizado. Quando a escola ignora os saberes locais, percebe-se que os alunos podem se sentir desvalorizados ou excluídos culturalmente; o ensino perde relevância e contextualização, e ainda o conhecimento tradicional, que é parte do patrimônio imaterial das comunidades, corre o risco de se perder.

No caso da pesca artesanal, quando a escola reconhece e incorpora esse saber às práticas pedagógicas, sobretudo em comunidades tradicionalmente pesqueiras, ela cumpre um papel fundamental na valorização da identidade cultural dos alunos.

A partir dessa constatação, tornou-se ainda mais relevante investigar se os alunos do curso Normal Médio, futuros professores, reconheciam a importância de a escola abordar a cultura pesqueira em seu currículo. Essa reflexão se mostra fundamental, uma vez que esses alunos estarão, em breve, ocupando espaços de ensino e tendo a responsabilidade de mediar o conhecimento de novas gerações.

Dos 87 (oitenta e sete) entrevistados, 75 (setenta e cinco) afirmaram que sim, que a escola deve trabalhar a cultura pesqueira, o que revela uma vontade coletiva de resgate e valorização cultural. Essa resposta aponta para uma crescente consciência entre os futuros educadores sobre a necessidade de uma educação contextualizada, que reconheça e integre os saberes locais como parte legítima do processo de ensino-aprendizagem.

Esse posicionamento também evidencia o desejo de romper com práticas pedagógicas distanciadas da realidade vivida pelos alunos, sobretudo em comunidades pesqueiras, onde a pesca artesanal representa não apenas um meio de subsistência, mas um modo de vida carregado de significados, histórias e práticas socioculturais.

Ao reconhecerem essa necessidade, os entrevistados demonstram sensibilidade à importância de construir uma escola que dialogue com o território em que está inserida, promovendo uma formação que valorize a identidade local e incentive o respeito às tradições culturais. Isso reforça o papel da escola como espaço de valorização da diversidade, de preservação da memória coletiva e de fortalecimento dos laços entre conhecimento tradicional e conhecimento acadêmico.

Ainda no ano de 2023, retornamos à escola e realizamos uma ação pedagógica de valorização da cultura da pesca artesanal, demonstrando a importância dessa atividade para o município de São Francisco de Itabapoana e destacando a relevância de que os futuros professores incluam a pesca artesanal em sua prática docente.

Durante esse encontro, promovemos um debate significativo sobre os impactos da pesca na região, criando um espaço de escuta e diálogo em que os alunos puderam compartilhar suas experiências pessoais, expectativas e percepções relacionadas à prática da pesca artesanal. Esse momento foi essencial para aproximar o contexto escolar da realidade vivida pelos alunos, especialmente aqueles pertencentes a comunidades pesqueiras, muitas vezes invisibilizadas no currículo tradicional.

A partir das falas dos próprios alunos, emergiram relatos ricos em saberes populares, tradições familiares, histórias de resistência e conexões afetivas com o território. Esses elementos contribuíram para que os alunos desenvolvessem, de forma coletiva, uma reflexão

sobre a construção das identidades culturais e sobre a importância de reconhecer essas identidades como parte fundamental do processo educativo.

O diálogo foi orientado, sobretudo, pelos apontamentos de Moreira e Candau (2008), que defendem que a escola deve se tornar um ambiente que acolha e valorize as múltiplas culturas dos alunos. Para os autores, é necessário que o currículo escolar seja reformulado de modo a contemplar a diversidade cultural, permitindo que os alunos se vejam representados nos conteúdos trabalhados e nas práticas pedagógicas. Nesse sentido, valorizar a cultura pesqueira dentro da escola não é apenas uma escolha didática, mas um ato político e pedagógico de reconhecimento e inclusão.

Ao trazer para o centro da discussão a prática da pesca artesanal que, muitas vezes, é marginalizada ou reduzida a uma atividade secundária, o encontro permitiu que os alunos compreendessem como suas identidades são socialmente construídas e como essas construções podem (e devem) ser reconhecidas no ambiente escolar. Mais do que apenas discutir a pesca como um tema, a atividade oportunizou uma ressignificação do saber local, fortalecendo o vínculo entre os alunos, sua cultura de origem e o espaço escolar.

Esse movimento de escuta ativa e valorização da cultura local contribui para a formação de futuros educadores comprometidos com uma educação mais justa, inclusiva e significativa, que compreenda a diversidade não como obstáculo, mas como potência transformadora do ensino.

No primeiro semestre de 2024, abrimos nossas ações na escola com um encontro no qual abordamos as artes de pesca. Com base nos trabalhos realizados por Moreira (2023) na região de São Francisco de Itabapoana, debatemos que as artes de pesca, ou seja, os métodos e instrumentos utilizados para capturar peixes, variam significativamente de acordo com o ambiente aquático em que são aplicadas, sendo adaptadas às características físicas e biológicas dos rios, lagoas e mares.

Nos rios, a pesca é geralmente praticada com tarrafas, redes de emalhar, anzóis e armadilhas fixas. A correnteza e o espaço relativamente limitado exigem técnicas que garantam precisão e seletividade. As artes fluviais tendem a ser menores e mais manejáveis, adequadas à pesca artesanal e à captura de espécies específicas. Nas lagoas, o ambiente mais calmo permite o uso de redes de cerco, espinhéis e puçás. A ausência de correnteza facilita a utilização de técnicas que demandam maior tempo de exposição na água, o que pode aumentar a eficiência na captura. As lagoas abrigam uma biodiversidade variada.

No ambiente marinho, especialmente em áreas costeiras e oceânicas, as artes de pesca são mais diversificadas e complexas. As redes de arrasto são amplamente utilizadas, assim como a pesca com espinhel de fundo para grandes peixes. O mar impõe desafios técnicos maiores, como a profundidade, a salinidade e a força das correntes, o que exige embarcações mais robustas e técnicas específicas.

Em suma, as artes de pesca refletem a adaptação do ser humano aos diferentes ecossistemas aquáticos, moldando práticas que conciliam tradição, eficiência e, cada vez mais, sustentabilidade. O conhecimento das particularidades de cada ambiente é essencial para garantir o manejo adequado dos recursos pesqueiros e a conservação da biodiversidade aquática.

Ainda no primeiro semestre realizamos mais uma ação na escola, com o tema: “Gênero e pesca: o trabalho das mulheres na atividade pesqueira artesanal”, cujo objetivo foi refletir sobre o papel das mulheres na cadeia produtiva da pesca.

Neste encontro debatemos sobre a (in)visibilidade do trabalho realizado pelas mulheres na pesca artesanal, o que impõe limites e entraves no reconhecimento do trabalho feminino. Entendemos que as mulheres estão inseridas em todas as etapas da atividade pesqueira, majoritariamente nas etapas anteriores à captura, como por exemplo, o preparo da rede e dos acessórios, bem como as posteriores, que envolvem a limpeza e o preparo do pescado. A invisibilidade da mulher no setor pesqueiro vem sendo uma realidade vivenciada por diversas trabalhadoras, especialmente as que atuam em etapas anteriores e posteriores ao ato da captura, isto é, a pesca propriamente dita do pescado.

Durante esse encontro, refletimos sobre as contribuições de Paulilo (1987), cuja análise propõe uma revisão crítica da concepção tradicional de trabalho pesado. A autora argumenta que a noção de maior esforço não deve ser limitada apenas ao uso intensivo da força física, mas deve considerar, sobretudo, o sujeito que realiza a atividade, evidenciando que aspectos sociais e culturais influenciam a atribuição de valor e peso ao trabalho. Além disso, analisamos o estudo de Lopes *et al.* (2019), que se debruça sobre os fatores que contribuem para o desestímulo das trabalhadoras da pesca em relação à educação formal, entendida aqui como aquela oferecida pelas instituições de educação básica. Os autores identificam que a distância entre a realidade vivida por essas mulheres e os conteúdos e métodos escolares é um dos elementos centrais que dificultam sua permanência e o êxito no ambiente escolar.

Os valiosos debates realizados ao longo do encontro possibilitaram uma compreensão mais aprofundada sobre a estrutura social que sustenta e reproduz a divisão do trabalho na

sociedade. Observou-se que, no contexto da pesca artesanal, embora as mulheres desempenhem uma variedade de tarefas fundamentais para a cadeia produtiva, sua identidade profissional e o reconhecimento social de seu trabalho continuam sendo sistematicamente desvalorizados. Essa invisibilização não se dá de maneira aleatória, mas está profundamente enraizada em questões de gênero, que historicamente relegam as atividades femininas a um *status* inferior, tanto no âmbito econômico quanto simbólico. A análise dessa realidade revela como as relações de gênero moldam a organização do trabalho, atribuindo menor valor às funções exercidas por mulheres, mesmo quando essenciais à sustentabilidade da atividade pesqueira. Dessa forma, torna-se imprescindível adotar uma perspectiva crítica que considere as dimensões de gênero na análise das dinâmicas laborais, de modo a promover o reconhecimento efetivo das mulheres enquanto agentes produtivas e protagonistas de saberes e práticas tradicionais.

Encerrando nossas ações na escola, realizamos no final do primeiro semestre, uma visita guiada a uma localidade específica de pesca artesanal, o bairro de Gargaú, no município de São Francisco de Itabapoana. O objetivo na realização da visita guiada no contexto educacional é ampliar a qualidade na formação crítica dos alunos e, ao mesmo tempo, oferecer alternativas metodológicas de aprendizagem, inserindo os alunos num mundo dinâmico a partir da vivência de experiências e da contextualização das histórias e culturas diversas.

A proposta da visita guiada é possibilitar a relação dos alunos com a realidade, oportunizando a documentação do real pela apreensão da observação sensível direta. Com isso, contribui-se para a preservação do patrimônio material, imaterial, natural e cultural de toda a comunidade. Através da visita guiada, procura-se pensar a escola e seu entorno, o bairro e toda a cidade como territórios para o exercício da cidadania e o desenvolvimento social, utilizando-se como estratégia o processo educativo. [...] Com a prática da visita guiada, os alunos conhecem locais distintos da comunidade em que vivem, adquirem e desenvolvem percepções sensoriais, sociais, artísticas e estéticas provocadas pelo contato com as obras, os objetos, as exposições, as culturas distintas. Nesse exercício de reflexão, os alunos retornam às suas comunidades como agentes de transformação, nas quais os saberes adquiridos são consolidados em conhecimentos a partir da correlação entre currículo formal e informal. A visita guiada permite a reflexão sobre a importância de se respeitar as culturas diversas, fortalece a socialização, a ludicidade, a fruição e a construção de conhecimentos que ultrapassam as proposições curriculares. Estimula-se o protagonismo social dos alunos e da comunidade (Araújo; Quaresma, 2014, p. 34-35).

A proposta, nesse caso, foi proporcionar uma formação que estimulasse os alunos a se apropriarem e ressignificarem os conhecimentos aprendidos na escola, tendo em vista o exercício da cidadania, fomentando o entendimento de que o processo de ensino-aprendizagem deve ser democratizado, respeitando os sujeitos do ato educativo em suas realidades e, posteriormente, que os conhecimentos construídos contribuam para a atuação crítica desses indivíduos na sociedade.

Todo esse percurso realizado trouxe relevantes resultados tanto para o percurso formativo dos alunos normalistas quanto para os agentes formadores do PEA Pescarte. Os alunos, futuros professores, demonstraram ao final dos nossos encontros como puderam avançar na construção de uma identidade que lhes é própria, no caso estreitando os laços com os conhecimentos tradicionais advindos da pesca artesanal. E os pesquisadores do PEA Pescarte puderam repensar suas práticas enquanto pesquisadores de uma atividade tradicional com tanta importância para o contexto do Município especificamente.

Além disso, o trabalho desenvolvido permitiu evidenciar a importância e o impacto positivo de iniciativas como o Programa de Educação Ambiental Pescarte, cuja finalidade consiste na criação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e seus familiares. O programa busca, por meio de processos educativos contínuos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a organização comunitária e a qualificação profissional desses sujeitos, bem como incentivar seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos voltados para a geração de trabalho e renda. Ao articular educação, identidade cultural e sustentabilidade socioeconômica, o Pescarte revela-se uma ação estratégica para o desenvolvimento local e para o reconhecimento dos saberes tradicionais como instrumentos de transformação social.

Paralelamente, também se destacou a relevância da Universidade no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, especialmente aqueles voltados para o diálogo entre conhecimento acadêmico e conhecimento popular. Um exemplo disso é o projeto de extensão desenvolvido em São Francisco de Itabapoana, cujo objetivo principal foi dinamizar e incentivar a formação de professores da Educação Básica a partir de uma abordagem pedagógica centrada na cultura local da pesca artesanal.

Nesse cenário, a escola é desafiada a oferecer mais do que conteúdos, ela precisa ser um espaço de acolhimento, pertencimento e construção coletiva de sentido, especialmente para sujeitos historicamente marginalizados. É nesse ponto que a educação precisa resgatar seu papel formador e esperançoso. Em meio a um mundo desesperançado, dominado por incertezas, desigualdades e exclusões, o ato de educar torna-se também um ato político de resistência e transformação.

Nesse sentido, o projeto de extensão e as ações do Programa Pescarte reafirmam o papel da universidade e da escola como espaços vivos de produção de conhecimento e de reconstrução da esperança, onde é possível formar educadores e educadoras capazes de escutar, reconhecer e valorizar as vozes silenciadas da cultura popular, como é o caso da pesca artesanal. Trata-se,

portanto, de educar para além da transmissão de saberes, educar para a emancipação, para a justiça e para a dignidade humana.

No contexto de um mundo contemporâneo marcado pela crise de valores, pela incerteza e pela fragmentação das identidades, como nos alerta Bauman (2008), a educação assume um papel ainda mais crucial. Ela se configura não apenas como um meio de construção de conhecimentos, mas, sobretudo, como um ato de esperança. Em um cenário de desesperança, em que as condições socioeconômicas e culturais frequentemente geram desafios, a educação deve ser entendida como um ato de resistência, como aponta Paulo Freire (1996). A educação, ao valorizar os saberes locais e as identidades dos alunos, se torna uma prática libertadora, capaz de reconstruir a esperança, oferecendo alternativas de protagonismo e ação social.

4 CONCLUSÃO

A proposta formativa desenvolvida e abordada neste trabalho teve como eixo central a valorização dos conhecimentos tradicionais e o fortalecimento das identidades culturais dos alunos, especialmente daqueles oriundos de comunidades pesqueiras. Buscou-se promover uma formação que incentivasse aos alunos a apropriarem-se criticamente dos conhecimentos adquiridos na escola, ressignificando-os a partir de suas vivências, realidades e contextos socioculturais. Essa perspectiva alinha-se a uma concepção de educação comprometida com a cidadania, que compreende o processo de ensino-aprendizagem como uma construção coletiva, democrática e enraizada na diversidade dos sujeitos envolvidos.

Ao longo dos encontros formativos, foi possível construir um espaço de diálogo e escuta ativa, no qual os alunos do curso Normal Médio compartilharam suas experiências com a pesca artesanal, discutiram seus impactos na região e refletiram sobre a importância desses saberes na construção de suas identidades. A troca de conhecimentos e a valorização das experiências de vida contribuíram para consolidar a percepção de que a escola deve não apenas reconhecer, mas incorporar os saberes tradicionais ao currículo, de modo a fortalecer a identidade dos alunos e promover práticas educativas mais significativas e contextualizadas.

Os resultados desse processo foram expressivos. Os alunos envolvidos, futuros professores, demonstraram avanços em sua formação identitária, reconhecendo-se como sujeitos históricos e culturais, com papel ativo na preservação, valorização e transmissão da cultura pesqueira artesanal. Esse movimento de reflexão e pertencimento fortaleceu sua consciência crítica e ampliou a compreensão do papel da escola como espaço de valorização da diversidade cultural e de construção de cidadania.

Essa experiência formativa também gerou reflexões relevantes para os pesquisadores e formadores do Programa de Educação Ambiental Pescarte, permitindo-lhes repensar suas próprias práticas investigativas e educativas, à luz de uma escuta mais sensível, ética e comprometida com os sujeitos e saberes do território. A atuação conjunta com os alunos revelou-se uma oportunidade rica de aprendizado mútuo e de reconstrução de olhares sobre a atividade pesqueira artesanal enquanto patrimônio cultural e campo de saber legítimo.

Ademais, destacou-se a importância do engajamento da Universidade em ações de extensão comprometidas com as realidades sociais, a exemplo do projeto realizado com os alunos do curso Normal Médio. Essa iniciativa buscou fomentar uma formação docente cidadã, crítica e sensível às culturas locais, ao mesmo tempo em que incentivou o protagonismo das comunidades pesqueiras e o fortalecimento dos vínculos entre escola, território e identidade.

Em suma, a experiência evidenciou o potencial transformador da educação, entendida como um espaço de escuta, acolhimento e esperança, capaz de reverter o ciclo de desesperança e promover a emancipação dos indivíduos por meio da valorização de suas culturas e identidades. A educação, assim, reafirma sua função como um instrumento de inclusão, dignidade e mudança social, fundamental para a construção de um futuro mais justo e solidário. Extensão e pesquisa podem e devem andar juntos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Glausirée Dettman de; QUARESMA, Adilene Gonçalves. Visitas guiadas e visitas técnicas: tecnologia de aprendizagem no contexto educacional. **Competência**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 29-51, jul./dez. 2014. Disponível em: http://ensinoreligiosonreapucarana.pbworks.com/w/file/126821837/E.R_FAD_2018VITAS%20GUIADAS%20E%20VISITAS%20T%C3%89CNICAS.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Casa Civil, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

LOPES, Mariana Sena *et al.* **Descaminhos da escola**: trajetória de vida das mulheres trabalhadoras da pesca e os desafios da inclusão escolar. *Mares de Geografia e Etnociências*, Belém, v. 1, n. 1, p. 49-60, 2019.

MIRANDA, Sicero Agostinho; PEREIRA, Elaine Corrêa; PEREIRA, Vilmar Alves.

Importância da matemática: percepções sobre os saberes matemáticos dos pescadores artesanais. *Educação Matemática Pesquisa*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 141-159, 2017.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/27729/pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA, Eduardo. **Memórias e vivências na pesca em Gargaú**: tecendo circuitos laborais e ecossistemas entre pescadores e pescadoras artesanais. 2023. 361 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2023. Disponível em:

<https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2023/09/EDUARDO-MOREIRA.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

PAIXÃO, Luis Henrique Couto *et al.* Atividade pesqueira e educação no campo da costa oceânica do município de Cairu/BA: diálogos entre educação e desenvolvimento. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DINÂMICA TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL, 2015. **Anais [...]**. Disponível em:

<http://noosfero.ucsal.br/articles/0009/2504/atividadepesqueira-e-educa-o-no-campo-da-costa-oce-nica-do-munic-pio-de-cairu-ba-di-logos-entre-aeduca-o-e-desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.